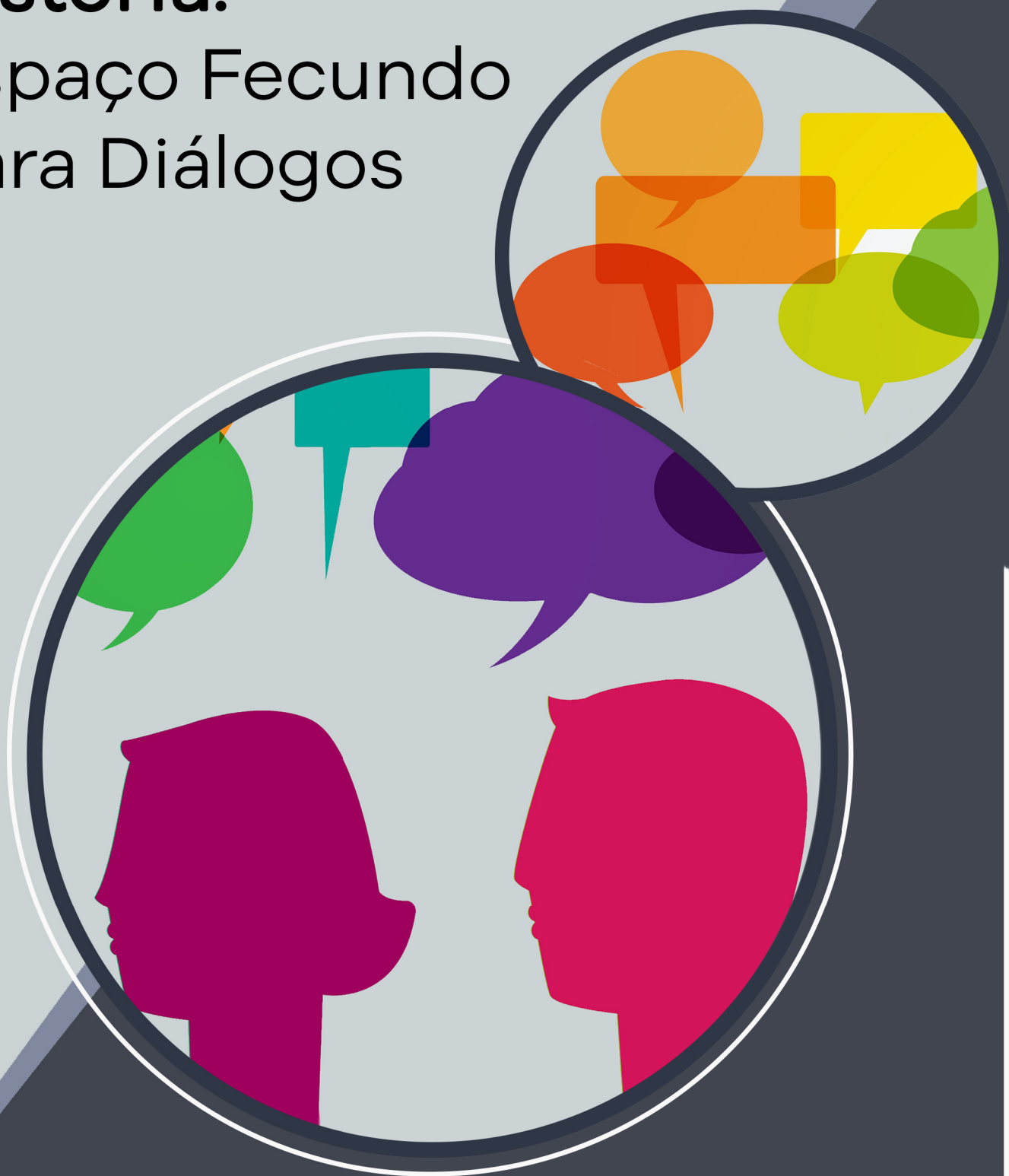


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i>	
<i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI

Simone Lopes Dickel

RESUMO: O presente texto visa discutir a partir de referencial teórico pertinente de modo a traçar um panorama do contexto político jurídico brasileiro no que se refere a reforma agrária nas décadas de 1970 a 1990, período em que ocorreu a implementação dos assentamentos na Fazenda Annoni. Este latifúndio foi desapropriado no início da década de 1970, e teve a função social da propriedade como pressuposto fundamental que possibilitou a desapropriação. Pretende-se apontar não apenas mudanças na legislação no que concerne a reforma agrária, mas também na própria concepção de reforma agrária, analisando sua influência no processo de reforma agrária na Annoni.

INTRODUÇÃO

Distante de fazer algum tipo de nova abordagem sobre a temática que é amplamente revisitada sob os mais diversos enfoques, a presente discussão constitui-se num esforço necessário de compreender o processo de assentamento, que resulta da ocupação da Fazenda Annoni em 1985, a partir do debate a nível nacional sobre a reforma agrária nos diferentes momentos históricos. Debatida de

forma incansável, a concepção de reforma agrária pode sofrer mudanças nos diferentes contextos, para os sujeitos que a ela se referem ou sobre ela se debruçam para tentar compreender.

Referenciado por muito tempo como assentamento modelo de reforma agrária (CAUME, 2006), o processo de transformação do grande latifúndio situado na região Norte do Rio Grande do Sul, desapropriado da família Annoni na década de 1970 por não estar cumprindo com sua função social, em um espaço de reforma agrária, foi um processo que permeou diferentes contextos, e mudanças no debate em torno da reforma agrária. Teve início no auge do regime militar quando o imóvel foi desapropriado.

A história da desapropriação da Annoni tomou outros rumos no período da redemocratização, quando diante das dificuldades do Estado em executar a reforma agrária, os movimentos sociais tornam-se protagonistas da luta pela terra. Ao mesmo tempo em que constitui-se um fato político, mantendo a reforma agrária na agenda política da Nova República, os grandes proprietários por sua vez passam a organizar a oposição política à reforma agrária.

Ao analisar o contexto e a forma como o

assentamento aconteceu, vemos a materialização de uma reforma agrária que não é consenso na sociedade, sobre a qual atuam diferentes forças políticas, distante de ser considerada uma política de estado, comprometido com a transformação do campo a partir da democratização do acesso à terra. Vemos também que os movimentos sociais se constituem na força capaz de fazer contraponto à falta de vontade política, somada a uma legislação que embora preconize a reforma agrária como forma de corrigir a estrutura fundiária tão desigual, deixa evidente nas suas entrelinhas uma concepção privatista da terra, que acaba favorecendo os grandes proprietários. Por isso devemos lembrar a ideia de Buainain (2008), de “reforma agrária por conflito”, para caracterizar o processo brasileiro que em pouco ou nada contribui para alterar o quadro histórico de concentração das terras nas mãos de poucos, para além da solução de conflitos mais pontuais.

Trata-se então, de pensar a discussão em torno da reforma agrária nos diferentes contextos históricos, percebendo neles permanências e rupturas, mudanças na concepção de reforma agrária que interferem na criação de leis e de políticas públicas, repercutindo ou sendo repercutidos pelos diferentes segmentos da sociedade civil que se organizam e passam a reivindicar a reforma agrária, ou se posicionar de modo contrário a ela.

Nesse sentido, o texto está dividido em três seções. Na primeira, será contextualizada a década de 1970 à luz do Estatuto da Terra, momento em que a fazenda foi desapropriada e o projeto de assentamento que serviu de pretexto para a desapropriação acabou não se efetivando; na segunda parte, o contexto do ressurgimento dos movimentos sociais e da grande ocupação em plena redemocratização; e na terceira parte, o início da década de 1990 quando o assentamento definitivo é concluído, e surgem aos assentados novos desafios como permanecer na terra, ao mesmo tempo em que no cenário nacional surgem críticas ao Plano Nacional da Reforma Agrária, bem como em relação ao processo de constituinte que resultou na Constituição de 1988.

BREVE BALANÇO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTATUTO DA TERRA

Caso atípico e por isso mesmo instigante, o decreto de desapropriação da Fazenda Annoni significou um primeiro passo do Estado para a transformação daquele que era um território de latifúndio, em território de reforma agrária. Detalhe, em pleno regime militar. Sua atipicidade decorre do fato de que a legislação na qual a desapropriação foi amparada, o Estatuto da Terra, que com poucas modificações orienta ainda hoje a legislação brasileira no que se refere a reforma agrária, caracterizou-se por ter sido muito pouco utilizada para o fim de modificar a estrutura fundiária. Sua ineficácia ou inércia rendeu-lhe inúmeras críticas e a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária, cujo objetivo seria tirar a reforma agrária do âmbito legal, e colocá-la em prática estabelecendo metas para sua

concretização.

Interessante notar, e não dá para fazer isso sem remeter ao contexto em que a primeira lei de reforma agrária foi feita, que a divisão entre duas grandes diretrizes, a política agrícola e a política fundiária, possibilitou ao Estatuto da Terra ser instrumento de transformações necessárias para adequação da agricultura ao modelo de desenvolvimento econômico defendido pelos militares, sem modificar a estrutura fundiária brasileira. Isso foi possível mediante o processo de modernização amplamente apoiado pelo Estado através da concessão de crédito farto e barato, cujos resultados ao longo do tempo acabam por acirrar ainda mais as desigualdades e conflitos no campo. Nas palavras de Buainain (2008, P. 19)

A modernização conservadora do latifúndio reforçou a concentração da propriedade da terra e o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário; como regra geral, as “relações arcaicas” foram substituídas por relações de assalariamento temporário, embora, em muitas regiões, sem qualquer proteção legal.

O Estatuto da Terra, elaborado por um Grupo de Trabalho (GT) designado pelo Humberto Castello Branco assim que assumiu a presidência da República, objetivava ser uma resposta a um certo consenso criado no início da década de 1960 no meio acadêmico e político de que a reforma agrária se constituía um imperativo ao desenvolvimento capitalista. Nesse contexto, nas palavras de Jose Graziano da Silva (1981, p. 39), “A reforma agrária visava então alterar a estrutura de posse e uso da terra no Brasil, para que pudesse haver um desenvolvimento mais rápido das forças produtivas no campo.” Ela tinha caráter principalmente econômico, no sentido de tornar produtivas boa parte das terras que estavam ociosas e assim integrar o campo a economia nacional, atuando no sentido de ajudar superar o chamado “atraso brasileiro” (BUAINAIN, 2008, p. 28).

O modelo de reforma agrária definido pelo Estatuto da Terra, que também tinha o objetivo político de amenizar os conflitos no campo sob a promessa de uma reforma agrária concedida de cima pra baixo, sem a pressão e participação popular, era concebida basicamente “como assentamento de famílias de pequenos produtores, Trabalhadores Rurais sem-terra, arrendatários, parceiros e meeiros em terras desapropriadas por interesse social”. (BUAINAIN, 2008, p. 29)

Embora a possibilidade de desapropriação por interesse social tenha aparecido na Constituição Federal de 1946, a ideia de que a propriedade da terra não deveria contrariar os interesses da coletividade recebe uma importância maior no Estatuto da Terra, através do princípio da função social. O documento define um conjunto de requisitos que a propriedade deveria atender para que seu uso estivesse em consonância com os interesses da sociedade, ou seja, para que ela cumprisse uma função social. Embora constituída por aspectos econômicos, sociais e ambientais, a função social na maioria das vezes acaba sendo utilizada como justificativa para a

desapropriação de imóveis rurais quando o aspecto da produtividade é ferido, o que faz com que o aspecto econômico se sobreponha aos demais. O que é passível de compreensão, uma vez que a produção agrícola passa a ser bastante estimulada na época, tendo um importante papel no desenvolvimento capitalista.

Stédile (2012) caracteriza as duas primeiras décadas de vigência do Estatuto da Terra, como 20 anos em que se priorizou apenas os projetos de colonização, através da distribuição de terras públicas na fronteira agrícola da Amazônia Legal. Nesse sentido, Ariovaldo Umbelino Oliveira (2007) caracteriza algumas práticas dos governos militares no que concerne a reforma agrária como uma contra-reforma agrária. Segundo ele “ como não era real a intenção do governo militar do Marechal Castelo Branco de fazer a reforma agrária quando assinou o Estatuto da Terra, parte de sua implementação foi sendo adiada. ” (2007, p. 122). No lugar da reestruturação fundiária, dois programas foram levados adiante pelos governos militares equivocadamente classificados como reforma agrária: os projetos de colonização implantados na Transamazônica pelo INCRA, e o PROTERRA que era parte da estratégia do governo no sentido de apresentar ao mundo financeiro capitalista e à própria sociedade brasileira que era possível fazer “reforma agrária” sem violência e sem contrariar os interesses dos latifundiários nordestinos. (OLIVEIRA, 2007, p. 122)

A respeito das inúmeras e de cerca forma merecidas críticas ao Estatuto da Terra, enquanto os governos militares priorizavam os projetos de colonização na região Amazônica, na região sul do país, à medida que o campo se modernizava, cresciam as contradições e as tensões sociais, ressurgindo assim os conflitos agrários, fruto do descaso relegado aos pobres do campo uma vez que as políticas públicas priorizavam as grandes propriedades.

Nesse sentido, contribuiu para engrossar o contingente de trabalhadores sem-terra no estado, a desapropriação de pequenos agricultores para os projetos de construção de hidrelétricas. A formação da barragem do Passo Real na região de Cruz Alta e Santa Maria, deixou centenas de famílias desalojadas. Conforme Seminotti (2008, p. 77) “a maioria dos indivíduos que ali residiam era constituída de posseiros, arrendatários, meeiros, filhos de proprietários, que segundo o decreto citado, não tinham direito à indenização. ”

A expulsão daqueles que ficaram conhecidos como “afogados do Passo Real” criou uma demanda por reassentamento no estado. A construção da Barragem do Passo Real e a necessidade de reassentamento de muitas famílias foi o pretexto utilizado para desapropriar a Fazenda Annoni, através do Decreto nº 70.232. O imóvel estava classificado oficialmente como latifúndio por exploração, o que permitia legalmente que fosse desapropriado por não cumprimento da função social. Trata-se de um caso bastante peculiar de desapropriação no Rio Grande do Sul para fins de reforma agrária, pois conforme pode ser visto até agora, o Estatuto da Terra foi muito mais utilizado para fins de colonização, como é o caso dos Projetos de Integração Nacional (PIN), e mesmo para beneficiar as grandes propriedades como foi o caso do

PROTERRA, na região Nordeste do país.

Os anos subsequentes à construção da Barragem que começa ainda no final da década de 1960, e ao decreto de desapropriação de 1972, são marcados por uma longa espera de solução definitiva do assentamento por parte dos chamados “afogados” do Passo Real. Isso porque, a legislação possibilitou aos proprietários da Annoni uma série de embargos e dificuldades impostas à desapropriação sob o pretexto de defesa do direito à propriedade. Tais impugnações resultaram na complexificação do processo judicial, contribuindo para que a situação da propriedade do imóvel perpassasse décadas sem uma solução definitiva. Embora o Incra tivesse instalado colonos de modo provisório no imóvel rural, a intensa disputa judicial entre os desapropriados e o Incra, trazia incertezas sobre os rumos da propriedade.

De acordo com a legislação vigente, no caso o Estatuto da Terra, as terras escolhidas para serem desapropriadas eram terras consideradas improdutivas, de acordo com critérios estabelecidos em lei, como o Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Exploração (GEE). Os fatores que complicaram a desapropriação da Annoni foram; a possibilidade de modificação cadastral em razão do Decreto 70.231¹, que permitia que o latifúndio por exploração alterasse seu cadastro para *empresa rural*, tornando-se protegido contra a desapropriação; e também a possibilidade de contradição acerca dos valores acertados em termos de indenização, que de acordo com Buainain (2008, p. 30) possibilitaram

“aos proprietários recorrer na justiça e receberem, após os anos de processo judicial, valores de indenização muito superiores ao equivalente ao preço de mercado, devido simplesmente pela aplicação de juros e correção monetária sobre o valor original. Esse fato gerou, em particular nos anos 90 do século passado, uma das maiores distorções do programa de reforma agrária, já que em vez de punir o latifúndio improdutivo, conforme previa o Estatuto da Terra, acabou assegurando-lhes enormes vantagens.

As chamadas brechas na legislação, onde os proprietários acabam encontrando uma forma de embaraçar o processo desapropriatório sob o pretexto de um direito absoluto à propriedade, contribuem muitas vezes para tornar a reforma agrária não apenas complicada do ponto de vista legal, pois diferentes interpretações da lei permitem questionar a ação do Estado, mas também onerosa para o mesmo, em função da incidência de juros e correção monetária acrescidos ao valor global da indenização. O que de certa forma contribui para que os programas de reforma agrária configurem muito mais um programa oficial para manter viva a esperança, do

1 Publicado em 3 de março de 1972, assim como o decreto 70.232 (decreto que possibilitou a desapropriação da Annoni), dispunha sobre a revisão cadastral dos imóveis rurais, estipulando um prazo para que os proprietários revissem a situação do seu imóvel rural, podendo alterar a classificação do mesmo mediante comprovação do status da propriedade. Tem-se no “Art. 1º. A revisão geral do cadastro rural, a que se refere o § 4º do artigo 46 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, será realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, em todo o território nacional, no período de 15 de março a 15 de junho de 1972, de acordo com os prazos fixados para cada região em Instrução do INCRA aprovada pelo Ministro da Agricultura.”

que um projeto de desenvolvimento a ser realmente colocado em prática no país.

AREDEMOCRATIZAÇÃO, O CONTEXTO DE RESSURGIMENTO DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA E A OCUPAÇÃO DA ANNONI

O início da década de 1980 é caracterizado pelo processo de transição democrática, com a eleição indireta de Tancredo Neves em janeiro de 1985 e o gradual retorno das pautas sociais para o debate político. Apesar da ideia oficial de uma transição lenta, gradual e segura, diversos setores da sociedade levantam-se na busca de uma verdadeira ruptura com o período autoritário, o que de certa forma acabou não se efetivando plenamente. A respeito disso, vale lembrar que no final de década de 1970 surgiam no país movimentos como a Campanha da Anistia e a própria Campanha das Diretas Já, que pretendia contrapor-se ao processo de transição defendido pelos militares, mas também acabou sendo frustrada. Por isso, o historiador Carlos Fico (2012) caracteriza a transição democrática como um processo inconcluso, que não causou uma verdadeira ruptura com o passado ditatorial, o que de certa forma ajuda a explicar a fragilidade da nossa jovem democracia.

No Sul do país, a resistência à um quadro de exclusão e miséria no campo decorrente de um longo processo histórico que foi agravado durante o período militar, fez ressurgir no Norte Sul-Rio-Grandense os conflitos pela terra. O chamado conflito de Nonoai, teve início com a resistência dos índios caingangues ao processo de intrusão dos colonos, e culminou com a expulsão de quase mil famílias de colonos da reserva indígena de Nonoai, coagindo o governo a pensar alternativas de emergência para resolução desses conflitos em torno da terra (MARCON, 1997, p. 48). A rebeldia em relação a situação de exploração no campo, com a qual foi conivente um regime que beneficiou ainda mais os grandes proprietários, alargando as desigualdades, ressurgiu na região desafiando o caráter policialesco que ainda revestia a repressão aos conflitos agrários.

A existência do Estatuto da Terra, concebido pelo menos teoricamente, como instrumento para realização de uma reforma agrária afim de diminuir os conflitos no campo, não mudou em quase nada esse quadro de exploração e miséria. Corroborando com esta posição, Antônio Marcio Buainain (2008) cita algumas considerações de Guedes Pinto (1995 p. 71) que resumem um balanço feito pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) na ocasião dos 15 anos da publicação do Estatuto da Terra. Dentre essas informações, é citado o número de famílias beneficiadas por projetos de reforma agrária, num total de 9327, enquanto os projetos de colonização beneficiaram 39948 famílias. Como resultado dessa inércia dos projetos de reforma agrária em detrimento dos projetos de colonização e incentivos à política agrícola, o índice Gini da distribuição da terra no Brasil havia passado de 0,731 na década de 1960 para 0,867. Além disso, o autor traz também “outros dados que mostram que a reforma agrária foi praticamente abandonada enquanto a política agrícola dirigida aos que têm Terra foi implementada em larga escala”. (2008, p. 32)

A consequência no campo desse processo de modernização da agricultura mediante a “política agrícola voltada aos que tem terra” foi o aumento da concentração fundiária, aumentando o espaço ocupado pelas grandes propriedades, muitas delas modernizadas mediante concessões de crédito e incentivos fiscais, uma vez que o imposto pago pelas empresas rurais, como passam a ser chamados esses latifúndios modernizados e revestidos de caráter empresarial, era inferior ao que seria pago no caso dos latifúndios por exploração.

Além da asfixia da pequena propriedade diante da pressão das grandes propriedades, a “revolução verde”, compreendida como um conjunto de transformações no campo no qual a adoção de novas tecnologias diminuiu a necessidade de mão-de-obra, gerou desemprego em grande escala no campo. Sem terras e sem trabalho, ou, com quantidade de terras insuficiente para sobreviver do seu trabalho nela, muitos pequenos produtores, meeiros, arrendatários, etc., pegaram o rumo das cidades, e o que encontraram lá foi desemprego, subemprego e miséria. Condições péssimas e um ritmo de vida com os quais muitos não conseguiam acostumar. Excluídos, à margem da sociedade, poder trabalhar na terra e dela tirar seu sustento era visto como a única oportunidade de uma vida menos sofrida.

Esse contexto, associado à modernização conservadora, que José Francisco Graziano da Silva (1982) chama de “modernização dolorosa”, foi denunciado em documento da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em 1981, em razão dos dezessete anos do Estatuto da Terra

Hoje, tem os trabalhadores que enfrentar toda uma política agrária cuja tônica tem sido a separação do trabalhador da terra, através da penalização do minifúndio e do apoio, quase sem limites, à grande propriedade. A intervenção governamental no campo cresceu nesses dezessete anos, não no sentido de atender às necessidades das “legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbram, nas condições atualmente vigentes no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivam”, mas sim no de favorecer a grande propriedade, através de isenções e subsídios, de suporte financeiro a projetos antissociais ou, mais diretamente, de grandes obras públicas que se tornam, elas próprias, motivos de desassossego para a população trabalhadora rural. (CONTAG, Brasília (DF), 12 de novembro de 1981, p. 2)

Assumida como bandeira de luta pela CONTAG, a reforma agrária está inserida num contexto mais amplo de lutas sociais, embaladas pelos ventos da democracia. Entretanto, diferente da década de 1960, nesse contexto ela não tem um caráter essencialmente econômico, pois a estrutura fundiária deixou de ser vista enquanto um entrave ao desenvolvimento capitalista no campo. A modernização conservadora criou um novo padrão em que o latifúndio deixou de ser sinônimo de atraso, podendo ser visto como um aliado ao modelo econômico vigente.

Portanto, é colocada à prova a tese defendida na década de 1960, quando a reforma agrária era vista de forma mais consensual entre as diferentes correntes políticas e intelectuais, de que a modificação da estrutura fundiária era necessária ao

desenvolvimento capitalista. Conforme assinala José Graziano da Silva (1981, p.39) “a estrutura agrária brasileira não constituiu empecilho ao processo de industrialização do país”.

Entretanto, se por um lado as grandes cidades absorveram ao longo do processo de industrialização e urbanização boa parte desse contingente de sem terras e excluídos do campo em razão da modernização que manteve intacta a estrutura fundiária, o possível público da reforma agrária, é também verdade, de acordo com José Gomes da Silva, que “o campo mandou também para o setor urbano sua carga de problemas”. (1996, p. 183). Nesse sentido, nem tanto um instrumento necessário ao desenvolvimento econômico do país, mas a reforma agrária passa a ser vista como uma questão social, como solução ao contingente de excluídos do campo, que aumentam de forma decisiva as estatísticas do êxodo rural.

É nesse contexto que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é gestado, de 1979 até 1984, ano de sua fundação a partir do 1º Encontro Nacional no Paraná, passando a aglutinar e organizar a resistência dos sem-terra ao processo que os colocava à margem da sociedade. De acordo com a definição de Bernardo Mançano Fernandes (2012, p. 496), o MST

É um movimento sócioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres – como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra – e também diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, por Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira.

Assim, o Acampamento na Encruzilhada Natalino pode ser entendido como um ato de indignação à política fundiária do governo. Segundo Bernardo Mançano Fernandes “Essa forma de luta significa a recusa dos camponeses à modernização conservadora. Essa política do governo privilegia o grande capital e tem conduzido os camponeses à expropriação, à expulsão da terra, à exclusão, à miséria e a fome” (1999, p. 54). Sobre o papel das ocupações de terra e formação de acampamentos, estratégia adotada pelo MST, Fernandes (2008 p. 219) salienta que

Por meio das ocupações de terra, os sem-terra mantem na pauta política a questão agrária. As ocupações de terra tornaram-se uma das principais formas de acesso a ela. É, portanto, uma forma de criação e recriação do campesinato. (...) A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, também é uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas, quando transformadas em assentamentos, se tornam propriedades familiares, que produzem a renda apropriada em sua maior parte pelos capitalistas.

Essa ação dos sem-terra pode então ser vista como uma discordância em relação ao caráter excludente que reveste o desenvolvimento capitalista brasileiro, privando os que desejam trabalhar na terra da condição de proprietários. Mas, ao mesmo tempo significa uma tentativa de inclusão no mesmo sistema, uma vez que

ao ocupar a terra, esse pedaço de território capitalista, os assentados tendem a trabalhar a produzir também riquezas, muitas das quais acabam sendo apropriadas pelos capitalistas. Por isso o autor afirma que “um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios”. É através das ocupações que o campesinato tende a se reconstruir. (FERNANDES, 2008, p. 199)

Esse desejo de se inserir com mais dignidade na sociedade, mas também de se reproduzir socialmente através da produção camponesa, foi o que motivou as mais de 1500 famílias que cruzaram as cercas do latifúndio Annoni na madrugada do dia 29 de outubro. Conforme estudo de Bavaresco (1999), grande parte destes sem-terra tem origem no processo de minifundização na região norte do RS, sendo a saída de alguns dos filhos de casa, vista como um certo alívio ao grupo familiar que fica na terra. Cansados de esperar por promessas de governo, essas famílias se organizaram através do MST, para ocupar e assim pressionar a realização da reforma agrária.

A escolha do latifúndio, próximo a Encruzilhada Natalino e as Glebas Macali e Brilhante, se deve ao fato de que esta fazenda que já integrou parte do grande complexo Fazenda Sarandi, estava em litígio judicial, sem uma previsão concreta de resolução desde a década de 1970. Grande parte da fazenda estava ociosa, embora abrigasse algumas famílias destinadas a área desde o início da década de 1970, o que se constituía uma contradição justamente na região onde crescia o número de sem-terra.

Um ano antes da ocupação, teve início a preparação do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Contag, embalado pela Campanha das Diretas já e a esperança de uma ampliação da participação popular na tomada de decisões. Apesar de algumas discordâncias entre MST e Contag em relação ao caminho para alcançar uma reforma agrária de fato transformadora, a solução encontrada foi a conciliação, considerando-se o Estatuto da Terra como ponto de partida, mas explicitando-se a necessidade de elaborar uma nova proposta de lei (MEDEIROS, 1989, p. 169).

Entre os principais aspectos da proposta que resultou da preparação do Congresso da Contag, a possibilidade de desapropriação de empresas rurais; pagamento das benfeitorias das terras desapropriadas em títulos da dívida agrária; estabelecimento de uma área máxima, estabelecida em módulos rurais, para os imóveis; perda sumária da propriedade, acima de três módulos, quando 50% de sua área agricultável não fosse utilizada; confisco para terras griladas ou com titulação duvidosa; distribuição gratuita de terra aos trabalhadores beneficiados pela reforma agrária; proibição de compra e venda de lotes nas áreas de assentamento. (MEDEIROS, 1989, p. 169)

De acordo com Medeiros (1989), a proposta constituía um rompimento com a política agrária dos governos anteriores, e significou um estímulo à crença dos

trabalhadores e do movimento sindical rural no atendimento de suas antigas reivindicações, pela forma como foi gestada e os princípios que guiaram sua formulação. Mas, por outro lado, essa aproximação do governo com os movimentos sociais soava como uma ameaça aos grandes proprietários, que passam a organizar uma oposição ferrenha à reforma agrária.

Para contrapor e inviabilizar a realização da reforma agrária os pecuaristas e demais proprietários fundaram a União Democrática Ruralista (UDR). De acordo com Medeiros, a violência tem marcado o perfil da UDR, “Milícias armadas, coerção, espancamentos, perseguições, assassinatos reeditaram, de forma pouco sofisticada, a secular atitude dos proprietários fundiários ante qualquer iniciativa de organização e reivindicação dos trabalhadores.” (MEDEIROS, 1989, p.188)

Houve um certo otimismo em razão do caráter democrático diante da manifestação do interesse do governo em escutar as propostas dos interessados na reforma agrária. Conforme aponta Silva (1985, p. 11) “o debate público da proposta de reforma agrária é antes de tudo uma conquista da longa luta de toda a sociedade brasileira, muito antes mesmo da Campanha das Diretas, pela participação das principais decisões do governo”. Mas, o adiamento da aprovação e a reformulação da proposta dava indícios de que faltava apoio político para a causa. (MEDEIROS, 1989)

O resultado dos sucessivos recuos mediante investidas e pressões dos ruralistas ao frágil governo da Nova República, foram decepcionantes para aqueles que ousaram acreditar que desta vez a reforma agrária seria efetivada no país. De uma reforma agrária popular, pensada no coletivo e transformadora, nascia uma proposta “conciliadora” e descaracterizada, que tinha entre seus autores, alguns dos idealizadores do Estatuto da Terra. Embora o texto do documento e a exposição dos motivos da proposta mantivesse a “desapropriação por interesse social, estabelecendo uma meta de assentar 1,4 milhão de famílias entre 1985/89, a mudança do objetivo maior da proposta, de “mudar a estrutura fundiária do país” para “contribuir para modificar o regime de posse e uso da terra” representava por si um retrocesso (SILVA, 1997, p. 68).

Em função dos conflitos entre o governo Sarney, a UDR (União Democrática Ruralista), e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. o ministro do MIRAD, Nelson Ribeiro, acabou deixando o governo. “Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da “Nova República” de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada” (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

No entanto, essa não foi a única frustração em relação a reforma agrária durante o governo Sarney. Com a nomeação de Jader Barbalho para a presidência do MIRAD, veio o Decreto-lei nº 2.363 de 23 de outubro de 1987, que feria muitos artigos do Estatuto da Terra e, de acordo com Medeiros (1989), seria “a última pá de cal sobre as esperanças de que alguma reforma agrária pudesse ser implementada através da vontade política do governo Sarney”. O decreto, de acordo Oliveira (2007, p.128)

definia que

(...) as áreas em produção não poderiam mais ser desapropriadas para fins da Reforma Agrária. Assim, a desapropriação de áreas com produção de até 1.500 ha na Amazônia, 1.000 ha no Centro-Oeste, 500 ha no Nordeste e até 250 ha no Sul e Sudeste, não puderam mais acontecer. Além disso, para imóveis de até 10.000 ha, a desapropriação passava a incidir sobre apenas sobre 75% da superfície do imóvel, podendo os 25% restantes ficar sob controle do proprietário.

Sendo assim, restava aos trabalhadores, que se organizavam para exigir uma resposta à ineficácia dos programas oficiais de reforma agrária, batalhar pela reforma agrária na Constituinte. “O plenário do Congresso Nacional tornou-se, durante a Constituinte, um espaço de lutas por excelência” (OLIVEIRA, 2007, p. 128), pois medindo forças com os movimentos socioterritoriais defensores de uma reforma agrária ampla, geral e irrestrita, a oposição a reforma agrária encabeçada pela UDR atuava no sentido de barrar este processo.

José Gomes da Silva escreveu em 1989 o livro “Buraco Negro: A Reforma Agrária na Constituinte”, analisando os confrontos, mediações e propostas relativas a questão agrária durante o trabalho da Constituinte em 1987/88. De modo geral, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte duraram 20 meses e 4 dias, e resultaram na auto-elogiada por Ulisses Guimarães de “constituição-cidadã” (SILVA, 1997, p. 72). Em relação a reforma agrária, os resultados do processo de eleições da Constituinte “embora não fossem claramente favoráveis aos trabalhadores, permitiram esperanças”. (MEDEIROS, 1989, p. 202)

A conquista de apoio popular para a causa da reforma agrária angariada por diversas entidades tais como Campanha Nacional pela Reforma Agrária, Contag, CNBB, Cimi, CUT, CPT, MTST, refletiu na cooptação de um milhão e meio de assinaturas para um projeto de emenda popular. Este projeto de reforma agrária ampliava o potencial reformista do Estatuto da Terra e “o seu eixo era a tese de que à propriedade da terra rural corresponde uma obrigação social.” (MEDEIROS, 1989, p. 202). Entretanto, a força política dos ruralistas refletiu na criação de um dispositivo que torna isenta de desapropriação a propriedade produtiva. “Com a vitória da política fundiária dos latifundiários, o governo Sarney sepultou o I PNRA.” (OLIVEIRA, 2007, p 129)

Enquanto isso, nas diferentes regiões do país os movimentos socioterritoriais promoviam ações, dentre as quais temos as ocupações de terras e formação de acampamentos que constituíam um fato político, fazendo com que a reforma agrária permanecesse na ordem do dia (MEDEIROS, 1989, p.204). Muitas dessas ações de questionamento e pressão em relação a reforma agrária saíram da Annoni, do acampamento que surgiu da grande ocupação de 1985. Enquanto a solução efetiva para o conflito judicial não acontecia, os acampados empreendiam diversas formas de luta e pressão para a realização da reforma no Estado, uma vez que a área da

fazenda não comportava o total das famílias que ali acamparam.

Essas ações, tais como caminhadas, a realização da Romaria da Terra, e tentativas de ocupação de outras áreas, tinham também o sentido de sensibilizar a opinião pública para a situação de vulnerabilidade das famílias que aguardavam ansiosamente ser contemplados com lotes de terra. Conforme frisa Medeiros, “uma das marcas notáveis da vida política brasileira nos últimos quarenta anos foi a emergência dos trabalhadores rurais na cena política, constituindo-se progressivamente como sujeitos sociais, numa trajetória descontínua, marcada por avanços e recuos, vitórias e derrotas” (1989, p. 210). Os debates e expectativas em torno das possibilidades criadas em relação a efetivação da reforma agrária, eram compartilhados entre os assentados, que viam com desconfiança as promessas ao mesmo tempo que se conscientizavam de que sem o protagonismo deles que eram os mais interessados na reforma agrária, ela jamais sairia do papel.

Assim, os acampados entendiam que a permanência na área era a prioridade naquele momento, mesmo com todas as dificuldades que permeavam o cotidiano do acampamento. O acampamento Annoni durou um ano. Após decisões judiciais e a liberação de uma área maior, as famílias puderam se espalhar nas 16 áreas. Enquanto não haviam terras disponíveis no Estado para o assentamento das famílias, no “assentamento provisório” a divisão dos acampados em grupos levou ao que Bavaresco (1999) chama de descentralização do assentamento. As preocupações voltaram-se a sobrevivência através da produção agrícola nas pequenas extensões de terra destinadas a cada família. É nesse contexto, que tanto Igreja, quanto Movimento e Estado, passam a incentivar a cooperação agrícola, estratégia produtiva que passa a ser vista como alternativa viável em tempos de escassez de recursos.

A CONCLUSÃO DE ASSENTAMENTO E A REFORMA AGRÁRIA NOS GOVERNOS COLLOR, ITAMAR E FHC

A década de 1990 no Brasil foi influenciada pela emergência do chamado Paradigma do Capitalismo Agrário, fornecendo um novo arcabouço teórico para a interpretação dos conflitos agrários e desenvolvimento brasileiro. Esse aparato explicativo consolidou-se não apenas na academia, influenciando importantes pesquisas em torno da questão agrária, mas também refletiu na prática dos governantes, através de políticas públicas que utilizam essa forma de ver o campesinato dentro do desenvolvimento capitalista. Marcada pelos poucos resultados em termos de assentamento de famílias no país, a década vive mudanças a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, é com esse mesmo presidente que a reforma agrária, após um reavivamento a partir do assentamento de um significativo número de famílias, é relegada ao esquecimento, seja pelo incentivo à chamada Reforma Agrária de Mercado, uma reforma agrária sem conflitos, seja pela judicialização dos conflitos por terra, freando o número de ocupações, criando uma ilusão de que não

havia mais demanda para a reforma agrária, sendo ela descabida nesses novos tempos.

Usando a definição de Abramovay (2012) de paradigma, vemos que o autor faz referência a Thomas S. Kuhn, pesquisador que tornou-se célebre pelo uso do termo nas ciências humanas. Segundo o autor, Kuhn mostrou que ao contrário do que se imagina, os cientistas não são indivíduos prontos a aceitar as novidades e desafios colocados pela ciência a partir das rupturas e mudanças que constituem sua evolução. Assim sendo, os cientistas trabalham dentro de uma certa “normalidade”. A liberdade na ciência “não significa que a comunidade científica autorize a pesquisar sobre qualquer coisa”. Haveriam instituições tais como universidades e conselhos de pesquisa responsáveis por julgar “a pertinência de cada pesquisa com base em um conjunto de crenças comunitariamente partilhadas pelos cientistas sobre o que, como e para quê pesquisar. E a esse conjunto de crenças que se dá o nome de paradigma”. (ABRAMOVAY, 2012, p. 30)

Compreendidos enquanto diferentes modelos explicativos que não necessariamente anulam um ao outro, temos dois grandes paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária e o Paradigma do Capitalismo Agrário, “como resultado das construções teóricas e metodológicas que procuram interpretar as realidades através de duas visões de mundo, sendo que uma tem a perspectiva de superação do sistema capitalista, enquanto a outra defende a sua manutenção.” (FELICIO, 2011, p. 6)

Tanto os conflitos agrários quanto o desenvolvimento agrário são vistos de forma diferente pelos dois modelos explicativos. Enquanto o Paradigma da Questão Agrária (KAUTSKY, 1986) defende a tese de que a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura, “esta questão não pode ser solucionada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade” (FELICIO, 2011, p. 5), o Paradigma do Capitalismo Agrário defende que “os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma”, sendo a agricultura familiar e o agronegócio apontados como soluções ao desenvolvimento.

De acordo com Fernandes “um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios.” (2008, p.199). Enquanto no Paradigma da Questão Agrária, as ocupações de terra representam uma tentativa de recriação do campesinato, através da sua territorialização, que representa ao mesmo tempo uma disputa pelo território capitalista, mas também uma forma de resistência ao modelo hegemônico “e enfrentamento com o binômio latifúndio – agronegócio” (2008, p.220), para o Paradigma do Capitalismo Agrário, as ocupações de terra representam uma anomalia, algo que fere no amago o desenvolvimento capitalista, criando “um mal-estar quando o assunto é contestar o capitalismo”. Para este paradigma, “as perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema. Assim, a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital.” (FERNANDES, 2007, p. 195)

Para além da academia e das pautas e projetos de governo, os dois paradigmas espacializaram-se e foram incorporados também por movimentos socioterritoriais. O MST, o mais organizado movimento sócioterritorial (OLIVEIRA, 2007, p. 139), responsável pela ocupação da Fazenda Annoni e que passa a se projetar em nível nacional a partir dessas experiências, usando como estratégia as ocupações de terra para pressionar um governo com pouco apoio ou vontade de fazer reforma agrária, organizando a resistência dos camponeses ao processo de exclusão promovido segundo o Paradigma da Questão Agrária, pelo próprio desenvolvimento capitalista. A solução para a questão agrária perpassava pela redistribuição massiva das terras, território do latifúndio, e a adoção da reforma agrária enquanto modelo de desenvolvimento, em oposição ao agronegócio. (FERNANDES, 2009, p. 45)

Compreende-se então a ocupação da Annoni e o processo de reivindicação da reforma agrária a partir de outras estratégias diversas, enquanto uma forma de questionamento à forma que o desenvolvimento capitalista assumiu, excludente e fundado na desigualdade. A ocupação em si representa o questionamento de uma concepção de propriedade privada enquanto um direito absoluto, elemento basilar no sistema capitalista. Vista como uma afronta e geralmente de forma separada do desenvolvimento, a ocupação que gera o conflito por terras assume o papel de pressionar o governo para a criação de assentamentos, espaço de reprodução social camponesa, segundo o Paradigma da Questão Agrária, ou da agricultura familiar, de acordo com o Paradigma do Capitalismo Agrário. De espaço de resistência ao capitalismo através da estratégia produtiva própria do campesinato, à parte integrante do sistema capitalista, onde o camponês “profissionaliza-se” e deixa de resistir para integrar-se ao sistema.

Enquanto os dois paradigmas competem, complementam e revezam-se para explicar a questão agrária e o desenvolvimento capitalista no campo, movimentos socioterritoriais criam fatos políticos, exigindo uma resposta do Estado, norteado por uma ou outra compreensão do problema agrário. Enquanto o MST preconiza a construção de uma nova sociedade a partir da reforma agrária, ou pelo menos a construção de um modelo alternativo ao hegemônico, conforme preconiza o Paradigma da Questão Agrária, a concepção oficial de reforma agrária vai aos poucos sofrer influência do Paradigma do Capitalismo Agrário, especialmente a partir do segundo governo FHC (FERNANDES, 2008, p. 193).

Após os ínfimos resultados do Governo Collor, quando “os defensores de uma reforma agrária encabeçada pelo Estado, via desapropriação de terras, viam cada vez mais distante a realização de suas intenções” (FERNANDES, 2009, p. 47), e o “Programa da Terra” foi frustrado em função do *impeachment*, a limitação do poder estatal mediante desapropriações de terras para fins de reforma agrária continuou com Itamar Franco, que assumiu no lugar de Collor em 1992. Mesmo com o aumento das ocupações de terras, foram feitos apenas 127 projetos de assentamento, assentando 13.281 famílias. (FERNANDES, 2009, P. 48)

Dentro desse quadro de aumento das ocupações e conflitos agrários pelas diversas regiões do país, a conclusão do assentamento da Annoni aconteceu em fases. No assentamento Encruzilhada Natalino fase 1 foram assentadas 57 famílias de agricultores desalojados pela Barragem do Passo Real (CAUME, 2006, p. 175). A medida que outras áreas de terra eram desapropriadas no estado, famílias acampadas na Annoni iam sendo assentadas, em municípios como Tupanciretã, Santiago e Guaíba. Na segunda fase, 35 famílias foram destinadas ao “Assentamento Holandês”, em 1987. Em função das dificuldades em desapropriar mais terras no estado, e do grande número de famílias que aguardava a liberação de novas áreas, a conclusão de assentamento na Annoni só aconteceu em 1993, quando mais de duzentas famílias passaram a ser beneficiárias de políticas públicas destinadas à reforma agrária.

Embora não seja mérito desse texto, é importante ressaltar, a importância da presença do poder público nos assentamentos, uma vez que o sucesso ou não dos programas de reforma agrária dependem da “capacidade do poder público de implantar as condições estruturais mínimas necessárias para a viabilização da unidade social de produção”.(BAVARESCO, 1999, p. 271) isso porque, segundo Bavaresco, “em geral, os beneficiados pela reforma agrária chegam aos assentamentos completamente desestruturados materialmente para iniciar o processo produtivo.”

Essa presença ou não do poder público depende muito da concepção de reforma agrária adotada. Nos primeiros anos após a conclusão do assentamento na Annoni, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), foram criados 2.389 assentamentos, “esses números eram os mais altos registrados por um governo até então” (FERNANDES, 2009). Tais resultados, à medida que o governo Fernando Henrique atende às pressões feitas pelo MST mediante ocupações, empolgaram novas ocupações de terra pelo país, que aumentaram expressivamente.

Especialmente a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o paradigma do Capitalismo Agrário passa a orientar as políticas públicas, quando é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o programa Novo Mundo Rural, que tinha como principais ações a criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais, além da implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações (FERNANDES, 2008, p. 193). Na intenção de ajudar a integrar os assentados ao mercado mediante concessão de crédito, e de mostrar ao mundo uma reforma agrária via mercado, através do Banco Mundial, portanto, mediante compra e venda e “sem conflitos”, o governo encerra um ciclo de resultados expressivos em termos de reforma agrária como forma de resposta aos conflitos de terra. Passando então a apontar para uma solução dentro da lógica do capitalismo, em que a integração do camponês se dá a partir da compra da terra e sua profissionalização em agricultor familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora constantemente revisitado, ainda há diversos olhares possíveis de serem lançados de forma mais aprofundada sobre o processo de assentamento e a consolidação deste enquanto espaço de reforma agrária na Fazenda Annoni. A importância dessas análises, em que pese a importância histórica que constituiu a Annoni uma referência no país em termos de reforma agrária, está em compreender o papel dos diferentes sujeitos que protagonizam esse processo, e perceber como a reforma agrária é pensada e operacionalizada ao longo do tempo por aqueles que dela se apropriam transformando em bandeira de luta, mas também por aqueles que se veem diante do desafio de colocar os interesses da coletividade, ou de alguns grupos subalternos, uma vez que a reforma agrária não chega a ser um consenso na sociedade, acima do interesse privado, ou de grupos que exercem grande pressão política, ocupando cargos importantes no poder público. Espera-se com a discussão ter conseguido contextualizar as diferentes discussões em torno da reforma agrária, mostrando como a história da Fazenda Annoni situa-se neste processo.

REFERÊNCIAS

- BAVARESCO, Pedro Antônio. *Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (FASE IV) no Rio Grande do Sul*. In: Tedesco, J. C. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo. Ediupf; 1999.
- BUAINAIN, Antonio Marcio. *Reforma agrária por conflitos a gestão dos conflitos de terras no Brasil*. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.) Luta Pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil - Coleção Instituições, Agricultura e Desenvolvimento Sustentável. 1ed.Campinas: Editora Unicamp, 2008, v. 1, p. 17-128.
- CAUME, David José. *O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelares*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.
- COCA, E. L. F.; FERNADES, B. M. *Uma discussão sobre o conceito de reforma agrária: teoria, instituições e políticas públicas*. Revista História & Luta de Classes, v. 8, p. 43-49, 200.
- CONTAG. A política agrária do governo e os conflitos de terra no Brasil. Brasília (DF), 12 de novembro de 1981.
- FERNANDES, B. M. *Conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: Antônio Márcio Buainain. (Org.) Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. 1ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 1, p. 173-224.
- FERNANDES, BERNARDO MANÇANO; COCA, E. L. F.; CAMPOS, J. F. S.; CLEPS JUNIOR, J.; DANTAS, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. *A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil*. In: Rosa Maria Vieira Medeiros, Michele Lindner (Org.) Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2017, v. 1, p. 215-236.
- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. v. 01. 329p
- FELÍCIO, M. J. *Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Unesp, 2011.

FICO, Carlos. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*. *Varia hist.* [online]. 2012, vol.28, n.47, pp.43-59.

MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Ediupef, 1997.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro FASE, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SILVA, José G. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. São Paulo: Campinas: ABRA, 1996.

SILVA, J. F. G. *O que é questão agrária*. 18. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1998

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. *Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasiliense, São Paulo. 1985.

SEMINOTTI, J. J. *Os agricultores familiares e a representação política do SUTRAF na região Alto Uruguai do RS*. (Tese de Doutorado) UFPR: Paraná, 2013.

STÉDILE, João Pedro. *Reforma agrária*. In: CALDART, R. S.; Alentejano, Paulo (Org.); Pereira, Isabel Brasil (Org.); Frigotto, Gaudêncio (Org.). *Dicionário da Educação do Campo*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

VEIGA, José Eli. *O que é reforma agrária*. Abril cultural: Brasiliense, 1984.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

